

# Na transição do «constitucionalismo monárquico» para o «constitucionalismo republicano»: a crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano

A formação de Portugal contemporâneo, entendido este nos limites cronológicos dos anos de 1900 e 1980, e admitindo por comodidade, ou ficção, que estas datas são balizas de um período histórico, propõe-nos, no plano da *história*, questões de facto e questões de interpretação. De umas e de outras é composto o discurso histórico.

Difícil será não marcarmos com a nossa própria personalidade a *história* que escrevemos, do mesmo passo que estarão marcadas pelo nosso próprio tempo as interrogações que fazemos ao tempo passado. Lucien Febvre, no prefácio que escreveu para o livro *Trois Essais sur Histoire et Culture*, de Charles Morazé, sagazmente observou:

[...] o passado é uma reconstituição das sociedades e dos seres humanos de outrora por homens, e por homens empenhados na teia das realidades humanas de hoje.

E será como homem de *este* tempo, que é historicamente o nosso tempo, que tentaremos juntar às análises estruturais, ou conjunturais, relativas à «formação» do Portugal contemporâneo a consideração de carências que vieram a influir decisivamente no trânsito histórico.

A *transição* do «constitucionalismo monárquico» para o «constitucionalismo republicano» — não será avisado atribuir a força e a comoção de um terramoto social à revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 — não só terá sido condicionada, como terá sofrido um efeito redutor, em consequência das «crises» do Partido Socialista e do Partido Republicano. Crises diferentes, cronologicamente não coincidentes, mas que, quanto aos eventos da *transição* e ao *curso histórico* posterior a 5 de Outubro de 1910, actuaram, como factores contraditórios, no sentido de impedir, ou de frustrar, a função determinante das forças políticas que poderiam imprimir à *transição* um conteúdo social e o radical carácter de *viragem histórica*.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Departamento de História.

Não é nosso propósito, neste momento, descrever e discriminar as forças que, por militância oposicional ou por dissidência contestatária, contribuíram sem dúvida, ou de algum modo intervieram na revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. Data que, mais do que o ano que assinala a viragem do século, mas, sem dúvida, menos do que as datas de 1914-16, assinala o início de um período histórico. Propomo-nos, simplesmente, verificar, na situação concreta de Outubro de 1910 e nos anos seguintes, 1911 e 1912, como evoluíram no *curso histórico* o Partido Socialista e o Partido Republicano.

Sem ignorar o papel social determinante da *base económica* e a predominância de factores e realidades estruturais, a *transição* será, nesta breve análise, abordada a um nível que é o da incidência convergente da história política e da prática política. Os *partidos políticos* são instrumentos, ao nível da consciência possível, de transformação político-social. Nas condições concretas da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, no momento histórico do *trânsito* do «constitucionalismo monárquico» para o «constitucionalismo republicano», a presença actuante e a intervenção do Partido Republicano e do Partido Socialista eram importantes. Digamos: decisivas as do Partido Republicano para dar à *transição política* a dimensão desejável; necessárias as do Partido Socialista para imprimir à *transição* um conteúdo socioeconómico.

Qual era a situação do Partido Socialista nos últimos anos da vigência do «constitucionalismo monárquico»? Em 1892, Nobre França, correspondendo à solicitação de Sebastião de Magalhães Lima, redigiu, em forma de carta, o texto básico do capítulo «O socialismo em Portugal», inserto no volume *O Socialismo na Europa*, que, com um prefácio de Benoît Malon, o eminente republicano publicou nos prelos da Companhia Nacional Editora. Traça esse texto um percurso histórico que remonta à repercussão em Portugal da Comuna de Paris, em 1870. Escreve Nobre França:

O socialismo contemporâneo – dos operários – nasceu em Portugal após o movimento da Comuna de Paris. Antes desse movimento, o socialismo estava reduzido às idealizações de alguns filantropos (Sousa Brandão, por exemplo), às locubrações literárias de filósofos, como Antero, ou às cogitações de uma democracia idealista, querendo resolver por um carbonarismo, também ideal, o problema das instituições políticas. A este grupo democrata pertenceram Fontana, Antero, Oliveira Martins e outros.

Vinte anos mais tarde, em 1892, data da publicação do livro *O Socialismo na Europa*, Sebastião de Magalhães Lima registava:

Quatro são os grupos em que, actualmente, se divide o socialismo entre nós: o grupo *possibilista*, que tem por órgãos na imprensa o *Protesto Operário* e o *Trabalhador*; o grupo *socialista*, tendo por órgão o *Eco Socialista*; o grupo *eclético*, representado pela *Voz do Operário* e o *Amigo do Povo*; e o grupo dos *socialistas do Estado*, de que fazem parte Sousa Brandão, Costa Godolfim, Liberato Correia, Augusto Fuschini, Jaime Batalha Reis e Oliveira Martins, etc.

E Sebastião de Magalhães Lima acrescentava, esclarecendo:

Do grupo *socialista* que corresponde ao *marxista francês* são hoje principais representantes Nobre França, Domingos Leite, Conceição Fernandes, Viterbo de Campos, Luís Soares, Azedo Gneco e outros, e do grupo *possibilista*, os Srs. Luís de Figueiredo, Agostinho da Silva, Carvalho e Cunha e José Martins, de Lordelo.

A característica ecléctica da corrente que no jornal *A Voz do Operário* encontrava expressão e a decepcionante experiência, nesse mesmo ano de 1892, de Oliveira Martins, comprometendo, com o seu pessoal insucesso, a perspectiva de um *socialismo de Estado*, reduziam os sectores do socialismo português aos dois grupos: o *possibilista* e o afim de uma orientação semelhante à dos *marxistas franceses*, mais exactamente dos socialistas franceses *guesdistas* (seguidores de Jules Guesde). Mas uns e outros, apesar de uma avaliação diferente da validade da intervenção política, se cingiram a uma atitude de indiferença quanto à questão do regime. Numa carta escrita por José Correia Nobre França a Engels, datada de 24 de Junho de 1872, o secretário do Conselho da Associação Internacional dos Trabalhadores em Lisboa refere-se à «classe trabalhadora» portuguesa como «possuída do preconceito do isolamento, que confunde com a independência». E, apesar do mandato que meses mais tarde será confiado a Paul Lafargue e que o autorizou a votar, também em nome dos «internacionais» portugueses, a constituição do partido político de classe no Congresso de Haia, a corrente contrária à intervenção política era predominante no movimento operário e veio a dar seiva e força à contestação libertária, anarquista e sindicalista. A rotura de Antero e de Oliveira Martins em relação ao republicanismo (movimento e ideário), além dos aspectos pessoais que revestia, não é uma atitude desgarrada, situa-se na sequência da orientação predominante nas classes trabalhadoras ou é com ela concordante. Deixará, contudo, marcas profundas e o Partido Socialista, mesmo no período que antecedeu proximamente a revolução republicana, situar-se-á, politicamente, em confronto com os republicanos e manter-se-á à margem dos trabalhos conspiratórios. E, o que foi mais grave para a revolução republicana e para o Partido Socialista, o partido político da classe operária teria entrado, através de dirigentes seus, no jogo estratégico das conversações e dos planos para conservar o *poder real* e defender (dos republicanos) as instituições monárquicas.

Seria errado atribuir à influência de Antero de Quental a viragem anti-republicana dos «socialistas». Estes são inicialmente «republicanos» e, com os republicanos, conspiram contra a Monarquia (um Fontana, um Bonança). Mas logo em Abril de 1876, escrevendo ao «Amigo e companheiro Engels», Azedo Gneco lamenta-se:

Não há cilada que os republicanos me não armem, não há amarguras que me não tenham feito sofrer. Se a república se proclamar um dia em Portugal e forem poder um certo número de indivíduos, terei que emigrar precipitadamente ou irei aumentar o número dos mártires da Revolução Social.

A luta com os republicanos precedeu a constituição do Partido Socialista, em 10 de Janeiro de 1875. A correspondência de Antero e de Oliveira Martins é conhecida e concludente. Concludente, também, a frase de Azedo Gneco na carta a Engels de 10 de Abril de 1876:

Todo o ano de 1874 levei a lutar com os republicanos e os jesuítas, que me não deixaram um momento de descanso [...]

Juntem-se às pressões externas as lutas internas, naturais, aliás, num *partido de classe* em formação, quando a *classe* é débil e dispersa e fluida a tradição doutrinal. A carta de Nobre França a Engels, datada de 23 de Agosto de 1872, dá-nos um exemplo flagrante de confusão doutrinária. Para dessa confusão darmos testemunho, uma citação basta:

Quanto à anarquia, ela não pode ser a desorganização e, se ela é o resultado da liberdade absoluta: organizemos a anarquia. Organizemo-nos para ser anárquicos.

Não procuremos adivinhar o que terá pensado o circunspecto Friedrich Engels do insólito alvitre. Pensemos, sim, na situação do Partido Socialista. Nos anos de 1905-06, à fê das *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, redigidas por César Nogueira:

A propaganda republicana, começando a tomar avanço veio suplantar a acção do Partido Socialista, que praticou o grave erro de não exercer uma actividade política persistente, pois sempre se orientou mais pela luta no campo económico. O operariado não desenvolveu o espírito combativo na arena política a fim de conquistar as cadeiras do Parlamento, dos municípios, das juntas. O Partido Republicano, ao qual não interessava directamente a questão económica, por ser um partido com fundamento na ideologia capitalista, accionou por todas as formas nos meios operários com as fórmulas políticas, conquistando assim a adesão das massas proletárias, as quais não tinham ainda uma consciência nitidamente socialista, e proclamando que sem a República não poderia desenvolver-se a organização socialista. Esta falsa teoria e o erro de tática de orientação do Partido Socialista foram a origem de muitos dos acontecimentos que se produziram depois de 5 de Outubro de 1910 [...] [T. I, p. 279.]

A Junta Federal do Sul, de que Azedo Gneco fazia parte, declarava em Abril de 1905:

O Partido Socialista Português é essencialmente antimonárquico e tem por fim a implantação da República Social.

Mas em Agosto de 1906 repudia firmemente a candidatura de Nobre França a deputado pelo «círculo 16» (Ocidente de Lisboa), apresentada pelo Partido Republicano. De acordo com a Conferência Interfederal realizada em Tomar em Junho de 1906, o Partido Socialista, porque essa era «a tática assente e combinada entre os partidos socialistas de todo o mundo», declarava a intenção de só concorrer «às eleições futuras com candidato do seu partido».

Em Abril de 1908, os socialistas apresentam nas eleições para deputados, que se realizaram após o trágico malogro da experiência franquista, as suas listas. Os resultados foram significativos: uns 100 votos em Lisboa, 337 no Porto. Estava o Partido então dividido, não só em tendências, como regionalmente. Um corpo débil com duas cabeças: Junta Federal do Norte e Junta Federal do Sul.

Congressos separados realizam-se em 1909 e no de Lisboa declara-se a dissidência «provocada pelos elementos anarquistas e socialistas que acompanhavam o Partido Republicano, sob o pretexto de que era necessário proclamar primeiro a República e depois tratar da organização operária e socialista» (César Nogueira, *op. cit.*, t. II, p. 300).

As tentativas de restabelecimento da unidade partidária e a reconciliação de Azedo Gneco (considerado como dirigente da ala dita *marxista*) e de Luís de Figueiredo (figura cimeira da corrente *possibilista*) chegaram ao conhecimento de D. Manuel de Bragança. Este herdara o trono em circunstâncias particularmente difíceis: o colapso da ditadura franquista; as sequelas do atentado que vitimara o rei, seu pai, e o príncipe, seu irmão primogénito; inviabilidade do regresso a um rotativismo plácido; a permanente ofensiva dos republicanos.

Os *Documentos Políticos, Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, cuja publicação foi ordenada pela Assembleia Nacional Constituinte (sessão de 18 de Julho de 1911), constituem um repositório valioso que nos conduz ao seio da intriga política que se tece à volta do jovem rei. É a luta, sinuosa, aspérrima, dos partidos monárquicos pelo poder. Algumas vezes, as ambições pessoais apresentadas como a melhor forma

de servir a Monarquia. Sempre as propostas ao rei justificadas como o meio adequado para deter o avanço republicano.

Da sua casa da Rua dos Navegantes, retido pela invalidez física, o político experimentado e hábil que era José Luciano de Castro denunciava ao jovem rei o inimigo principal:

Contra os republicanos é que devem ser assestadas todas as baterias, esse é o inimigo. Convém vigiá-lo sempre.

A carta tem a data de 19 de Janeiro de 1909. Em Junho de 1909, o chefe progressista alerta, por carta, D. Manuel de Bragança:

Agora duas palavras sobre a questão da ordem pública, que considero muito grave. O Partido Republicano avança a passos rápidos e prepara-se para uma aventura revolucionária. Já tomou posse da Câmara Municipal e da grande maioria das juntas de paróquia de Lisboa, fez eleger há poucos dias o presidente da Sociedade de Geografia, derrotando um dos ministros, e no dia 2 do corrente mês, sob o pretexto de afirmação de princípios liberais, promoveu uma imponentíssima e extraordinária manifestação republicana, que terminou por uma sessão tumultuosa na Câmara dos Deputados, em que alguns deputados deram vivas à República, correspondidos pelas calorosas manifestações das galerias, onde só estavam republicanos! Nesse movimento estavam confundidos os republicanos e os dissidentes. Atente Vossa Majestade na gravidade destes factos e veja bem se ao País e à Monarquia convém a continuação deste deplorável estado de cousas. Meu Senhor: não digo mais. Numa carta não posso ser mais explícito. Tenho para mim que a nossa principal questão hoje é a ordem pública. Se me não engano, a revolução ameaça-nos de perto.

José Luciano de Castro estava consciente, e com grande lucidez, da maturidade do movimento republicano e concebeu a organização de um bloco de defesa da Monarquia, de uma frente anti-republicana em que se agrupassem as forças políticas monárquicas, os partidos e respectivas fracções:

A força está nos republicanos e estes trabalham por conta própria. Convencido, como estou, que na situação presente da política nacional nenhum partido pode governar com vantagem pública, só e sem o concurso doutros grupos ou parcialidades, tenha cuidado da constituição dum bloco de defesa monárquica, em que entrem todos os elementos lealmente affectos à monarquia. Esse bloco em princípio pode dizer-se organizado, e creio que pouco falta para se formar definitivamente. Dele só excluiria os que se não quisessem desligar dos republicanos, porque nos não podem merecer confiança. Nesta ideia tenho procedido de acordo com o Sr. Presidente do Conselho. [Carta de J. L. C. ao rei datada de Lisboa, 6 de Novembro de 1909.]

Era então presidente do Conselho Venceslau de Lima e no Paço tramava-se uma remodelação partidária, de que era agente o conselheiro de Estado Pimentel Pinto:

Acha necessário (ele, Pimentel Pinto) fazer uma remodelação partidária e que deve ser feita da seguinte forma (que é minha opinião há muitos meses): progressistas, Campos Henriques, franquistas e nacionalistas formarem um partido e ficaria sendo um partido conservador. Com respeito ao outro partido é o seguinte o seu modo de pensar: o Venceslau de Lima fazer uma recomposição com elementos de bloco (regenerador-dissidente). Acha esta a melhor solução: fazer-se pouco a pouco o Venceslau chefe do partido.

[Notas do punho de D. Manuel de Bragança datadas do Paço da Pena, 6 de Setembro de 1909.]

Venho agora do encontro regenerador e, cumprindo a promessa que fiz a Vossa Majestade, venho dizer-lhe que a comissão executiva resolveu, por unanimidade, apresentar a candidatura de Teixeira de Sousa para chefe do partido a uma assembleia geral, que deverá reunir no dia 16 de Janeiro próximo. [Carta de Pimentel Pinto à rainha D. Amélia de Orleães, datada de Lisboa, 27 de Dezembro de 1909.]

Minha Senhora — Beijo muito respeitosamente a mão de Vossa Majestade e, julgando que Vossa Majestade desejará saber o que hoje se passou na assembleia geral do Partido Regenerador, venho dizer-lhe que a sessão correu muito bem, que o Teixeira de Sousa foi eleito, por aclamação, chefe do Partido e que os meus correligionários se mostraram muito mais conservadores do que eu esperava. É provável que os jornais da noite contem a seu modo o que se passou. Não sei, pois, o que dirão. A verdade, porém, é que, logo em seguida à aclamação do chefe, eu feri a nota conservadora... Não direi a Vossa Majestade que as minhas palavras fossem delirantemente aplaudidas, mas muitos as aplaudiram e, depois, ninguém contra elas protestou e alguns as repetiram. Parece-me, pois, que Vossa Majestade deve ficar contente. [Carta de Pimentel Pinto à rainha D. Amélia de Orleães, datada de Lisboa, 16 de Janeiro de 1910.]

Ao contrário do que se planeava na conferência entre o conselheiro de Estado Pimentel Pinto e D. Manuel de Bragança, a chefia do Partido Regenerador, a que Júlio de Vilhena renunciara, é assumida por Teixeira de Sousa. A proposta de Venceslau de Lima fora preterida, o que representava de certo modo uma derrota para a *entourage* do Paço, embora o conselheiro Pimentel Pinto, na reunião do Partido Regenerador, tivesse acentuado que o Partido era «conservador liberal (conservador nos seus processos e liberal nas suas aspirações), compatível com todas as ideias de progresso, mas querendo todos conquistar dentro da ordem e da lei, pela evolução, e não por qualquer outro modo que pusesse em risco os interesses da Pátria».

Após a sua eleição para a chefia do Partido Regenerador, D. Manuel de Bragança conferenciou com Teixeira de Sousa. São do punho do rei as seguintes notas dessa conferência:

Que deseja fazer uma oposição de governo, se o não guerrearem, pois se isso se fizesse teria então de fazer uma oposição violenta. Que essa oposição seria feita com ordem. Falando dos republicanos, disse que o que é verdadeiramente perigoso é o António José de Almeida, que é um anarquista: os outros nada podem. Falou então do conselheiro Alpoim e disse-me: Meu Senhor, sou amigo do Alpoim, mas garanto-lhe com a minha palavra de honra que nenhuma ligação tenho com ele, nem posso ter. Não há, nem pode haver, sossego neste país enquanto esse homem aqui estiver. Não há senão uma cousa a fazer, é na primeira ocasião mandá-lo para uma legação. O partido dissidente tem muitos homens de valor, sobretudo o Egas Moniz: é preciso que esse homem não vá para os republicanos. O maior serviço que se pode fazer neste país é tirar daí o Alpoim.

José Maria de Alpoim, atacado com particular animosidade por José Luciano de Castro e Júlio de Vilhena, considerado indesejável por Teixeira de Sousa, escreve ao jovem rei, em 22 de Dezembro de 1909:

Oxalá que o governo do agrado de Vossa Majestade realize um largo programa liberal e traduza as aspirações da opinião pública, administrando com a mais escrupulosa moralidade, não transigindo um ápice com o cleri-

calismo, que seu augusto avô, o Senhor D. Pedro IV, considerava o inimigo fundamental do Estado e da Liberdade, satisfazendo as correntes democráticas, que, como Vossa Majestade viu na sua viagem, são atendidas pelo rei Eduardo de Inglaterra, que confiou uma pasta de ministro a um operário que sofreu os rigores da condenação num estabelecimento penitenciário pelas suas lutas em favor dos pobres e humildes.

Questões pessoais mesquinhas dividiam os políticos monárquicos. Entre eles quase não existiam distinções de princípios ou lutas programáticas, disputavam-se simplesmente o poder. Quando na oposição, todos os pretextos lhes serviam para dificultar a obra governativa dos adversários de sempre, ou dos aliados de ontem. A permanência no Governo de uma facção política, ou de uma combinação política, tornava-se impossível:

Nenhum ministério se conservará por muitos meses. O que hoje fazem regeneradores, dissidentes e republicanos, farão amanhã progressistas, regeneradores, henriquistas, franquistas, nacionalistas e republicanos. Entraremos num regime de perfeita anarquia, com exclusivo proveito dos republicanos. [Carta de J. L. C. ao rei, datada de Lisboa, 14 de Maio de 1910.]

O operariado, como força política, era devidamente considerado por D. Manuel de Bragança, que, envolvido nas turbulentas lutas entre facções monárquicas, ameaçado pelos progressos dos republicanos e cercado pelo ambiente do Paço, entendia necessária a criação de grandes partidos de governo. Nas notas da sua conferência com o conselheiro Pimentel Pinto acerca da remodelação partidária, atrás transcritas, o rei diz que já era sua opinião de há muitos meses a criação de um forte Partido Conservador, que compreenderia os progressistas, os henriquistas, os franquistas e os nacionalistas, e também refere, sem anotar discordância, o projecto de se fazer «pouco a pouco» Venceslau de Lima chefe do Partido Regenerador.

O Paço arrumava assim a questão política. (Pelas cartas de Pimentel Pinto à rainha acerca da eleição de Teixeira de Sousa é legítimo presumir que o projecto Venceslau de Lima não fosse desconhecido de D. Amélia de Orleães.) O jovem rei, porém, ia mais longe. Desejava que o Partido Socialista se fortalecesse, se mantivesse unido e se tornasse o centro de atracção das massas operárias, que, subestimadas pelos partidos monárquicos, cujo grau de organização partidária era quase nulo, se encaminhavam progressivamente, no rasto da pequena burguesia das cidades e das vilas, para as fileiras dos republicanos. Tratava-se de afastar as massas operárias da pequena burguesia republicana, organizando-as independentemente num partido de classe e concedendo-lhes a satisfação de umas quantas reivindicações. Disso cuidou pessoalmente D. Manuel de Bragança.

As 2 horas da manhã do dia 15 de Junho de 1909 escrevia o rei ao presidente do Conselho, então Venceslau de Lima:

Vou agora passar a um outro assunto que me parece muito importante. O outro assunto importante é o seguinte: o Partido Socialista. Como o meu querido presidente do Conselho sabe: o Partido Socialista encontra-se desorganizado e dividido em fracções desde 1891. O Partido Republicano tem-lhe feito uma guerra de morte e arranjou sempre as coisas de maneira que o Partido se encontrasse em completo desacordo entre os diferentes grupos. Houve uma pessoa que meteu mãos à obra e, trabalhando a sério, conseguiu uma cousa que deve ficar muitíssimo confidencial. O Partido Socialista encontra-se há poucos dias completamente unido: a pessoa que conseguiu isso é o Alfredo Aquiles Monteverde, que certamente bem conhece. Eu tenho-me interessado muito há já bastante tempo por esta questão, que

tenho vindo seguindo e ajudando. Há agora pois o seguinte. No tempo do Ministério Campos Henriques, chamou o Campos Henriques um dos primeiros e principais socialistas, que é o Azedo Gneco, e pediu-lhe para expor qual a sua ideia, e o Gneco enviou-lhe um memorandum cuja cópia incluso envio, assim como o Programa do Partido Socialista Intervencionista Português e uns artigos de jornais: recomendo-lhe sobretudo o do *Trabalho*. Vão agora fazer um congresso operário em Lisboa. Parece-me pois da máxima utilidade chamar a nós este congresso, e isso é fácil, como passo a explicar, fazendo ao mesmo tempo umas perguntas que o Monteverde, que tem prestado muitíssimos serviços, hoje me entregou.

Venceslau de Lima seria um estimado e distinto palaciano, seria uma pessoa de ideias convenientes, mas era um político de acanhada visão. Não compreendeu o alcance do plano que o jovem rei e o Alfredo Monteverde urdiam. D. Manuel era, talvez, demasiado novo para que Venceslau de Lima evidenciasse pelo assunto um interesse mais vivo que a atenção condescendente da sua carta de 16 de Junho:

Falei também com o Monteverde. Eu já tenho alguns entendimentos com o operariado por intermédio dum companheiro de Gneco; mas julgo difícil que alguma cousa de praticamente útil por esse lado se consiga.

O político palaciano era um homem prático e, por isso mesmo, descreia e considerava difícil.

De Junho de 1909 a Setembro de 1910, os documentos encontrados nos palácios reais após a proclamação da República falam-nos do interesse do rei pela captação e organização do movimento operário socialista. Alfredo Monteverde aproxima-se dos operários do Arsenal e envia a D. Manuel uma relação das suas reivindicações. Em Setembro de 1909 envia a D. Manuel a tese *Construção de Casas Económicas por Iniciativa Particular*, de que era autor Azedo Gneco e a qual o Congresso Nacional Operário aprovava por unanimidade. A 7 de Outubro de 1909 principia assim uma carta para o soberano:

Meu Senhor. — Venho agradecer reconhecidíssimo o seu bilhete e a carta que Vossa Majestade houve por bem enviar-me e o interesse que Vossa Majestade continua a tomar pelos seus operários.

Nesta carta afirma a feição monárquica, a integração na orgânica social vigente, do Partido Socialista e denuncia a índole anarquista do Congresso Sindicalista, que considerava influenciado pelos republicanos. Em Fevereiro de 1910 dá notícias ao rei de uma reunião com o conselheiro Soares Branco e o conde de Penha Garcia, onde se tratou de assuntos referentes ao movimento operário, e a boa nova de que um jovem doutorando pretendia defender uma tese do Direito Operário, o que mostrava que o interesse pela questão chegava à Universidade, que «deveria caminhar na frente do grande movimento de renovação intelectual e política que se prepara».

Em Agosto de 1910 encontramos Monteverde num grande desânimo. O Ministério chefiado pelo progressista Beirão prodigalizara-lhe provas de desinteresse e má vontade. A portaria do inquérito ao trabalho nacional devia-se exclusivamente ao empenho e diligência do rei. O seu prestígio junto das massas operárias empalidecera, pelo insucesso dos seus esforços e pelo sucesso de Azedo Gneco, que, numa entrevista com o presidente do Conselho, Teixeira de Sousa, obtivera a Portaria de 12 de Julho de 1910, que criou a Comissão de Trabalho, na qual tinham assento três delegados das classes trabalhadoras. Por outro lado, os republicanos aproximavam-se dos socialistas. Nas vésperas da «revolução» sentiam a necessidade de consolidar as suas forças estabelecendo



ligações e alianças. A burguesia liberal, que lhe fizera uma guerra de morte (vide carta de D. Manuel de Bragança a Venceslau de Lima atrás citada e as declarações de fontes socialistas, designadamente de Azedo Gneco), estendia agora a mão ao partido da classe operária para marchar reforçada à conquista do poder.

Agostinho Fortes procurara Azedo Gneco. «Suponho que o Agostinho Fortes e o seu imaginário partido não são mais do que a rede lançada pelos republicanos para pescar os socialistas», escrevia o dirigente socialista, a 15 de Agosto, a Alfredo Monteverde.

Monteverde e o jovem rei trataram de obter, pelo Ministério das Obras Públicas, passes nos Caminhos-de-Ferro do Estado para os delegados operários da Comissão do Trabalho; auxílio monetário, ou por encomendas de trabalhos, para o Instituto das Artes Gráficas, pequena tipografia da Rua das Pretas, onde se imprimiam jornais e folhetos socialistas; e gratificações para os três delegados operários da Comissão do Trabalho. Deste último ponto trata a carta de Azedo Gneco a Monteverde, por este remetida a D. Manuel de Bragança, que transcrevemos na íntegra:

Meu caro Alfredo Monteverde. — Dentro da organização, chamada legal, dos serviços públicos não encontro meio de serem gratificados os membros operários da Comissão do Trabalho, porque constituem um caso extraordinário que nenhuma lei prevê. Mas dois desses membros têm a seus cargos importantes estudos. Um deles, L. Batalha, cuida da criação do Instituto do Trabalho, que deve ser uma Direcção-Geral, mas apenas deste assunto; o outro, que sou eu, tem na sua frente não só os estudos do primeiro, como centro de toda a acção futura da legislação do trabalho, como toda essa legislação a condensar num código, o que me parece ser muito para fazer nas horas vagas, precisando ganhar o pão de cada dia. Agora, por exemplo, estou trabalhando no que respeita a acidentes do trabalho, tenho que ajudar L. Batalha, que condensar a legislação estrangeira, que comprar um monte de livros, etc., e, por cima de tudo isto, que pensar e tratar da minha vida. Mas para casos extraordinários só providências extraordinárias, enquanto tudo não entra na normalidade. E daqui não é possível sair, segundo penso. Amigo dedicado, Azedo Gneco. — 19 de Setembro de 1910.

Estamos nas vésperas da revolução de 5 de Outubro de 1910. Num documento, datado de 22 de Setembro de 1910, dirigido aos socialistas do Porto, referido por César Nogueira (in *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, t. I, p. 304), o relato histórico da evolução do Partido Socialista concluiu por uma significativa omissão informativa e crítica em relação à mais recente década:

Nada dizemos do período decorrido de Junho de 1901 a 23 de Abril de 1910, porque os socialistas portugueses o devem saber perfeitamente. Há cinco meses apenas que o actual Conselho funciona e tem procurado levantar o Partido, que estava tão disperso e inactivo que mais não podia ser; e isto sob a tremenda guerra dos partidos burgueses, tanto monárquicos, como republicanos, e por entre a loucura nacional que todos vêem.

Os socialistas — ou, mais precisamente, o Partido Socialista — não intervieram na revolução republicana, crenes como estavam *possibilistas*, *marxistas* e *eclécticos* da viabilidade de uma política reformista no quadro das instituições monárquicas ou directamente apoiada pelo rei. Às Constituintes, o *reformismo socialista* terá acesso pela benevolência do Partido Republicano. E, menos de

dez meses decorridos sobre a data de 5 de Outubro de 1910, o Partido Socialista Português define-se perante o novo regime e a sua política, divulgando um documento que trasladamos das *Memórias* de Raul Brandão:

Aos dirigentes da Governação na República Portuguesa:

Nesta hora decisiva para os destinos da Nação, ao Partido Socialista Português, como a única oposição possível e eficaz dentro da actual democracia, tão sabiamente apostolizada pelos actuais detentores do Poder durante largos anos de propaganda, incumbe fazer saber qual o sentimento e opinião das classes proletárias perante o aspecto hesitante e dúbio de que a actual situação política se está revestindo.

Na consciência pública principia a despontar a suspeita, que julgamos deveras arrojada, de que todo o trabalho de demolição feito pelos apóstolos da República, longe de se basear na legítima aspiração dum ideal infindo, teria tido por mero e desprezível objectivo a conquista do Poder por motivos de ordem mercantil.

Não o quer assim acreditar o Partido Socialista Português; mas, como, pela índole e natureza dos seus ideais, mergulha no mais fundo das numerosas falanges do proletariado, nele surpreende a formação sempre crescente e cada vez mais nítida desta deplorável corrente de opinião.

Nas falanges anarquistas, tanto como entre os sindicalistas e socialistas, e mesmo na opinião mais ou menos hesitante dos chamados indiferentes; no seio, enfim, de todo o proletariado português lavra profundo desgosto, e até revolta, contra o triste espectáculo que ao País e ao mundo estão dando neste momento os mais denodados caudilhos da democracia republicana.

Que fraqueza é esta de se deixarem vencer pelo impulso das suas mais violentas paixões, descurando os interesses da República, pondo em risco a paz e a integridade nacional, menosprezando os mais caros interesses económicos do proletariado, que se vê a braços e abandonado na solução dos seus mais graves problemas profissionais, sacrificando-se tudo, enfim, aos instintos do ódio, do comando e da vaidade?

O Partido Socialista Português, senhores, interpreta neste momento o sentir de toda a nação proletária, de todo o país trabalhador e honesto, vindo declarar em público e bem alto que são impolíticas e até traidoras aos ideais republicanos todas e quaisquer cisões ou dissidências que se continuem alimentando entre os dirigentes mais em evidência na pública governação do País.

E, mais do que isto, o Partido Socialista entende que deve ser lançada aos actuais dirigentes e aos elementos mais preponderantes da República Portuguesa a inteira responsabilidade por todas as perturbações de ordem ultimamente havidas e por todas que parecem prestes a haver, incluindo as responsabilidades duma possível guerra civil que já alguns julgam iminente, se não resolverem, em holocausto aos seus ideais apostolizados, pôr termo a todas as dissidências e rivalidades partidárias e se não discutirem e promulgarem imediatamente, com o voto do Congresso, *O Instituto do Trabalho Nacional*, apresentado em projecto de lei pelo deputado socialista, o companheiro Manoel José da Silva, a única forma de se apreciarem e decidirem com profundo conhecimento de causa todos os complicados problemas económicos que afectam as classes trabalhadoras e as lançam num justificadíssimo movimento de revolta.

Lisboa, 31 de Agosto de 1911. — *O Partido Socialista Português*. [Vide Raul Brandão, *Memórias*, t. II, pp. 161-163.]

significativa na Assembleia Constituinte, mas fala forte e duro, contesta, acusa, condena. Todavia, é do arcaiz do tempo passado, do reformismo reivindicado na Monarquia, que retira a medida salvadora em relação aos «problemas económicos que afectam as classes trabalhadoras»: o Instituto do Trabalho Nacional, «apresentado em projecto de lei pelo deputado socialista, o companheiro Manoel José da Silva».

A indiferença teórica em relação à questão do regime, a prática reformista distanciando-o do radicalismo assumido por anarquistas e anarco-sindicalistas, a tentação de obter vantagem (ou vantagens) de uma colaboração com as instituições monárquicas (o Governo e o rei) e as persistentes e dilacerantes querelas internas contribuíram decisivamente para que o Partido Socialista, no momento histórico da transição, não estivesse apto a desempenhar o papel que lhe cabia como *partido político* da classe operária.

Poderíamos deste facto ser levados a concluir que o Partido Republicano ficou com as mãos livres para imprimir à *revolução republicana* um carácter específico, um conteúdo socioeconómico e um ritmo de desenvolvimento. Não foi isso, contudo, o que historicamente ocorreu.

O Partido Republicano reunia no seu seio correntes doutrinárias assaz diferentes, distintas sensibilidades políticas, personalidades muito vincadas e animadas do espírito de concorrência aos louros e espinhos da glória política. No *discurso republicano* combinavam-se, ou sobrepunham-se, a lição do liberalismo, o radicalismo democrático, o utopismo socialista, os fulgores libertários. Era um discurso de romantismo revolucionário, jacobino, acentuadamente voluntarista, naturalmente impreciso, despido de exigências de rigor teórico. Era o discurso amplo, englobante, eclético, de um *partido-frente*.

No Partido Republicano, nessa *frente* que, no mesmo propósito de oposição às instituições da Monarquia, reunia, sem verdadeiramente unir, republicanos velhos e recentes, coexistiam os representantes de orientações distintas, de interesses diferentes, os portadores de diversas concepções táticas, os defensores de opostas estratégias. Com o Congresso de Setúbal (Abril de 1909) acentuaram-se as linhas de clivagem no interior do Partido Republicano. As questões de tática e de estratégia, as concepções quanto aos métodos de luta e ao sistema de alianças e as rivalidades pessoais — como já tivemos ocasião de enunciar noutra lugar — anunciavam, nos meses que antecederam a revolução de 5 de Outubro, os atritos, as polémicas, a competição entre os chefes republicanos, que produziria a divisão do *partido-frente*, após a proclamação da República, em correntes seguidoras de personalidades carismáticas.

Do Congresso de Setúbal (Abril de 1909) ao Congresso do Porto (Maio de 1910) decorre um período agitado, conturbado, de actividade intensa, de confronto de opiniões. As tentativas de estabilização no campo monárquico goram-se sucessivamente; as tensões sociais aprofundam-se; no campo republicano intensifica-se o recrutamento da Carbonária, cuja actividade irradia para diversas regiões do País; multiplicam-se as sondagens e aliciações nos meios militares. Mas no seio do Partido não há unidade de critério mesmo no que concerne à actividade de recrutamento militar, é o próprio modelo da *revolução* que é objecto de debate, acentuam-se as rivalidades, os choques de personalidades, os afastamentos e as reaproximações, adquirem relevância as divergências táticas e estratégicas. São patentes as diferentes orientações e têm expressão pública na imprensa republicana.

Quando, em Fevereiro de 1910, António José de Almeida inicia a publicação do semanário *Alma Nacional*, procura criar um veículo para a difusão das suas próprias ideias e um instrumento de acção política. Afonso Costa e Bernardino Machado dispunham de *O Mundo*. Brito Camacho dirigia *A Luta*. Não é fortuita esta distribuição dos dirigentes republicanos por diferentes órgãos de imprensa. Esta distribuição corresponde a distintas orientações, a hesitações entre o

«confronto revolucionário» e a «via eleitoral», que, a despeito do radicalismo do discurso político, reflectiam o conflito de duas estratégias:

- a) A intervenção reformista no jogo dos antagonismos e contradições das forças políticas do campo monárquico, que admitia «pausas» da acção revolucionária, acordos táticos, «plataformas liberalizantes», e confiava a eventual operação militar a um pronunciamento chefiado por oficiais de alta patente;
- b) Um revolucionarismo radical que tudo subordinava à preparação da acção violenta, insurreccional; a um confronto decisivo e dramático com as instituições monárquicas à revolução.

Neste conflito de estratégias e de personalidades, a unidade do Partido Republicano, sucessivamente reafirmada, era precária, uma mera aparência cuidadosamente oferecida ao observador monárquico. O *discurso político* nega a evidência. António José de Almeida escreveu:

Entre os chefes republicanos não há, não é possível que haja, animosidade ou ódios. [*Alma Nacional*, n.º 15.]

De um traço se eliminava a realidade. Fala-se de «maior unidade de pareceres do que à primeira vista se tem suposto e uniformidade de processos mais completa do que de relance se pode imaginar» (*ibid.*, n.º 20). E neste engano da *unidade política* (e da estratégia) e da uniformidade dos processos (táticos e de gestão administrativa) se chega ao dia da proclamação da República.

O *partido-frente*, vitorioso e aplaudido, enebriado pelo sucesso revolucionário e engrossado de pressurosas adesões, não resistiria à prova do Governo Provisório e das Constituintes. Entra em conflito com os «ventres ao sol», com o povo, com as falanges proletárias que tinham aplaudido os oradores dos comícios e que não tinham faltado, na hora da *acção revolucionária*, a esse encontro marcado com a história. Mas os operários, seduzidos pela oratória tribunicia, cedo amargariam decepções (acaso filhas de um irrealismo político e social). Os homens do Governo não eram já os homens da «propaganda». O António José de Almeida ministro do Interior do Governo Provisório não é o António José de Almeida que dizia e escrevia, que se interrogava e respondia:

Com referência ao operariado, que orientação seguiremos? Havemos de fazer uma república conservadora e burguesa, ou faremos, como é de justiça, uma república socialista, dando satisfação às legítimas aspirações dessa imensa multidão de trabalhadores?

Os trabalhadores respondem com 61 greves no último trimestre de 1910. E, nos anos seguintes — 1911-12 —, a rotura entre a classe operária e os governantes republicanos está consumada. Criticado pelos socialistas, atacado pelos anarco-sindicalistas, o Partido Republicano fragmentar-se-ia ao ser chamado a dar sucessão constitucional ao Governo Provisório.

A Constituição Política da República Portuguesa é promulgada a 21 de Agosto de 1911. Três dias depois, a 24 de Agosto, realizou-se a eleição do presidente da República.

Contra a corrente liderada por Afonso Costa — e não devemos esquecer que em torno dos diários *O Mundo* e *A Luta* e do semanário *Alma Nacional* se foram definindo e corporizando tendências, que, mesmo antes da vitória republicana, esses órgãos de imprensa exprimiam as orientações políticas personificadas nos líderes Afonso Costa, Brito Camacho e António José de Almeida —, foi eleito presidente da República o candidato apoiado por Brito Camacho e António José de Almeida: Manuel de Arriaga. Os votos parlamentares dos amigos políticos de

António José de Almeida e de Brito Camacho asseguraram a eleição de Manuel de Arriaga contra Bernardino Machado, o candidato apoiado por Afonso Costa. Era o sinal público da rotura que o Congresso do Partido Republicano consumaria em Outubro desse ano.

O *partido-frente* faleceu em Outubro. Um ano após a revolução republicana. Aos três órgãos de imprensa que eram a pública expressão de tendências distintas — *O Mundo*, *A Luta* e *Alma Nacional* — irão corresponder, com identidade organizacional, três partidos: o Partido Republicano Português (vulgarmente designado Partido Democrático), o Partido Republicano Evolucionista e o Partido da União Republicana. A estas três clivagens maiores, na obediência dos chefes máximos — Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho —, viria somar-se a «dissidência» — o nome quadra-lhe —, que seria liderada por Machado Santos: os *intransigentes*.

Tinha acabado o *partido-frente*, concluída que fora a *revolução republicana* com a formal mudança do regime. A classe operária sem partido de classe, dada a situação organizacional e política do Partido Socialista, e os anarquistas e anarco-sindicalistas decepcionados no seu sonho revolucionário deixam a jovem República entregue às formações políticas burguesas e à crise nacional e internacional. Se a *conjuntura* era desfavorável à evolução política e a *estrutura* relutante às transformações socioeconómicas, o envolvimento da guerra no 2.º semestre de 1914 e na guerra em 1916 condicionaria o *curso* histórico posterior à revolução republicana. Esta, considerada como um *trânsito histórico* do «constitucionalismo monárquico» para um «constitucionalismo republicano», viria a reflectir a falta, ou as limitações, dos instrumentos políticos — os partidos — que deveriam operar na instância política. Da intervenção de um Partido Socialista é presumível que a República pudesse ter tido um conteúdo socioeconómico e adoptado, coerentemente, uma política reformista, que só aflora a espaços nos dezasseis anos da sua duração (com um José Estêvão de Vasconcelos, com um Augusto Dias da Silva); e, se o Partido Republicano tivesse conservado o seu potencial unitário, a relativa unidade de *frente* de tendências distintas, é de presumir que pudesse ter imprimido uma coerência radicalizante à *transição*. A capacidade operacional na *conjuntura da transição*, verificada que fosse na *instância política*, favoreceria a diligência de *modificação de estrutura*.

A prática política não deverá ser estudada e avaliada apenas como uma intervenção na conjuntura, mas, no limite, como uma actuação sobre a estrutura. A actuação no quadro institucional sendo um precedente, e uma condicionante, da intervenção política que visa a modificação estrutural.

#### NOTA BIBLIOGRÁFICA

Além das referências intercaladas no texto, e que situam os apoios bibliográficos, citam-se ou reproduzem-se documentos das seguintes fontes: Arquivo Marx-Engels, do IISG, de Amesterdão (Holanda); *Documentos Políticos, Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, edição da Imprensa Nacional, Lisboa, 1915; *Memórias*, de Raul Brandão, 1.ª ed., t. II. Sem citação expressa, alguns passos do texto apoiam-se num anterior trabalho do autor: *Raul Proença e a «Alma Nacional»*, Publicações Europa-América, 1979.